

RELATÓRIO E CONTAS DA UMP 2020

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º, nas alíneas a), b), f), h) e n) do artigo 15.º, da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 17.º, do artigo 19.º, do n.º 2 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 40.º dos Estatutos desta União, convocam-se as Associadas da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) a reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar no próximo dia **29 de janeiro de 2021, às 09h00, nas instalações da Escola de Artes e Ofícios de Ovar, sita na Rua Fonte do Casal, n.º 24, 3880-220 Ovar, na cidade e concelho de Ovar, distrito de Aveiro**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2020, o qual vai acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
2. Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de Alteração Global dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas;
3. Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de Alteração Global do Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas;
4. Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração para Fixação do Valor da Quota Supletiva a partir de 1 de janeiro de 2021;
5. Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de Remuneração do Presidente do Conselho de Administração da UMP.

Nos termos do número 5 do artigo 9.º dos Estatutos da UMP, a Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos Associados com direito de voto, ou meia hora depois com qualquer número de Associadas.

Os documentos aludidos na presente convocatória são enviados nesta data por correio eletrónico para todas as Associadas e estão, desde esta data, disponíveis para consulta na **União das Mutualidades Portuguesas** e publicados no sítio da Internet em www.mutualismo.pt.

Lisboa, 11 de janeiro de 2021

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Carla Sofia Oliveira Silva

**Nota: Chama-se à especial atenção das Associadas para a Informação seguinte
Informação:**

A Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas chama à especial atenção dos Excelentíssimos Associados para as seguintes disposições Estatutárias e Regulamentares, relacionadas com a composição e funcionamento da Assembleia Geral:

1º - Nos termos do número 4, do artigo 7º dos Estatutos da UMP, *“As quotas consideram-se vencidas no primeiro dia dos meses a que digam respeito e são satisfeitas antecipadamente, por trimestre, semestre ou ano”*. Por outro lado, nos termos do número 4 do artigo 10º dos Estatutos da UMP, *“Os associados efetivos e participantes só poderão exercer os seus direitos se tiverem em dia as quotas”*.

2º - Nos termos do artigo 2º do Regulamento de Funcionamento de Assembleia Geral da UMP:

*“Artigo 2º
(Composição e representação)*

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados que estejam no pleno exercício dos seus direitos associativos.

2. Com vista a instruir um dossier de apoio às Assembleias Gerais, os Associados devem enviar cópia simples dos Autos de Posse e dos Estatutos para a sede da UMP.

3. As Associações Mutualistas participam, em princípio, na Assembleia Geral da UMP através de pessoa singular que seja membro da respetiva Direção/Conselho de Administração devendo ser portador de carta-mandato para esse efeito, salvo se a UMP possuir cópia dos documentos mencionados no número anterior, caso em que bastará a esse representante identificar-se, através de documento idóneo, para nela poder participar e votar.

4. As Associações Mutualistas podem participar na Assembleia Geral através de qualquer outra pessoa singular desde que a mesma apresente, no dia da Assembleia Geral, carta-mandato dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

5. Os Associados podem fazer-se representar por outros Associados, devendo o Associado Mandatário ser portador de carta-mandato do Associado mandante, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue no dia da Assembleia Geral.

6. As cartas mandato referidas nos números anteriores devem identificar claramente o Associado mandante e a pessoa singular sua representante ou o Associado Mandatário, devendo ser assinada por quem tem poderes para o ato e as assinaturas reconhecidas nos termos da Lei, salvo se a UMP dispuser de cópia dos documentos referidos no número 2 deste artigo, caso em que o reconhecimento das assinaturas não será necessário.

7. É permitida a inscrição de qualquer Associado para participar e votar na Assembleia Geral até ao encerramento da sessão, seja em primeira sessão ou em qualquer um dos seus prolongamentos.

8. No caso em que Assembleia funcione em mais de uma sessão, a inscrição/acreditação dos Associados far-se-á apenas uma vez e em qualquer uma das sessões podendo, todavia, os Associados alterar os seus representantes”.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	07
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020	10
1. SEGURANÇA SOCIAL	11
1.1 CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	11
1.2 CONSELHO NACIONAL PARA A ECONOMIA SOCIAL (CNES)	11
1.3 COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL (CPSS)	11
1.4 ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO PARA O BIÊNIO 2019-2020	12
1.5 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (ISS, I.P.)	12
1.6 COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO (CNC) E COMISSÃO DISTRITAL DE COOPERAÇÃO (CDC)	12
1.7 FUNDO DE SOCORRO SOCIAL	12
1.8 FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO	13
1.9 LINHA DE CRÉDITO DE APOIO ÀS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL	13
1.10 PARECERES EMITIDOS	13
2. SAÚDE	14
2.1 FARMÁCIAS SOCIAIS	14
2.2 ASSISTÊNCIA MÉDICA	14
2.3 SAÚDE MENTAL	15
3. EDUCAÇÃO	15
4. ASSUNTOS JURÍDICOS	15
5. ECONOMIA E FINANÇAS	16

ÍNDICE

6. INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	17
6.1 PROJETO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL MUTUALISMO - MODERNIZAR, EXPANDIR E AFIRMAR	17
6.2 PROJETO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL "MUTUALISMO - DA HERANÇA AO FUTURO"	18
6.3 CRIAÇÃO DO GABINETE DE INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	19
6.4 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO/INFORMÁTICA	20
6.4.1 NOVO WEBSITE	20
6.4.2 AMIGA	21
6.4.3 SIMPLEX	21
6.4.4 CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO	21
7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	21
7.1 UMM - UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES	21
7.2 COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE)	22
7.3 CPLP	23
8. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	24
8.1 PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO	24
8.1.1 PUBLICAÇÕES	24
8.1.2 IMPRENSA	24
8.1.3 SITE E MICROSITES	24
8.1.4 REDES SOCIAIS	25
8.1.5 TRANSMISSÕES EM STREAMING	25
8.1.6 TRABALHOS CRIATIVOS	25
9. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO	26
9.1 REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS	26
9.2 OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS	26

ÍNDICE

10. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP	27
10.1 SEDE	27
10.2 ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO	27
10.3 CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL (CIDA CL)	28
10.4 PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO	29
10.5 EVENTOS	29
10.5.1 DIA NACIONAL DO MUTUALISMO	29
10.5.2 CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO E ASSINATURA DO 1.º CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO DAS MUTUALIDADES	30
10.5.3 REUNIÃO ANUAL DE PRESIDENTES MUTUALISTAS	31
10.5.4 IX ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS	31
10.5.5 JORNADAS MUTUALISTAS REGIONAIS	32
10.5.6 ASSEMBLEIAS GERAIS	33
10.5.7 CHAMA MUTUALISTA	33
10.5.8 PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR (PIPM)	34
10.5.9 PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO	34
10.5.10 PROJETO Y.ES	35
10.5.11 ATRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS ANTÓNIO SÉRGIO	35
III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	36
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
ANEXO	42
PARECER DO CONSELHO FISCAL	55

RELATÓRIO E CONTAS DA UMP 2020

ESTIMADAS ASSOCIADAS

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) tem a honra de submeter à vossa apreciação, discussão e votação o Relatório e Contas de 2020 da União das Mutualidades Portuguesas, acompanhado pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

I. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 constituiu-se, porventura, como o mais desafiante das nossas vidas e um enorme teste à resiliência e à capacidade de resposta do Movimento Mutualista às necessidades agudas dos portugueses e de adaptação a circunstâncias organizacionais nunca antes experienciadas.

A pandemia Covid-19 afetou, com algum significado, a programação e a atividade que a UMP havia girado, mas, apesar do contexto de enorme adversidade, anormalidade e emergência que atravessámos, foi possível alcançar grandes conquistas para o Movimento Mutualista Português e reafirmar a sua força regeneradora e a atualidade dos seus princípios e valores seculares.

A maior das conquistas foi o nível e a qualidade da resposta das Mutualidades na saúde e na assistência medicamentosa e nas diferentes atividades e modalidades mutualistas dirigidas aos seus utentes e Associados, aos idosos, às crianças, assente num espírito de entrega, dedicação e carinho comum a dirigentes, técnicos, colaboradores e voluntários, dignos de reconhecimento público.

DESEMPENHO ECONÓMICO. Num ano de excecionais dificuldades, o desempenho económico e financeiro da UMP, fruto da persistência do Conselho de Administração e da colaboração de todos quanto connosco colaboraram, permitiram alcançar, já em 2020, o objetivo do reequilíbrio financeiro da UMP previsto no Plano de Reequilíbrio Financeiro.

O Plano de Reequilíbrio Financeiro da UMP, aprovado pelo Conselho de Administração em 2019, previa atingir o equilíbrio económico e financeiro da UMP num prazo de cinco anos, tendo o mesmo sido atingido em apenas dois anos.

REFORÇO DA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL. Na atividade de 2020, merece especial relevo o reforço do posicionamento institucional da UMP e do Movimento Mutualista, que se tem traduzido na participação ativa no desenho e na implementação das medidas e instrumentos legislativos dirigidos ao setor social, na articulação e cooperação próxima com o Governo e com os demais parceiros na resposta à população mais vulnerável e mais afetada pela crise sanitária, económica e social e na discussão de dossiês relevantes, como o Código das Associações Mutualistas, a adaptação dos Estatutos das Mutualidades, as farmácias sociais e os meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Com o surto epidemiológico, aprofundámos a relação de proximidade com as Associações Mutualistas, comunicando as orientações e recomendações das autoridades públicas e a produção legislativa vertiginosa a que assistimos desde março 2020, recolhendo informações necessárias para servirem de suporte às decisões do Governo e apresentando candidaturas no âmbito da capacitação das creches para o regresso às atividades presenciais e a programas, tais como o “Adaptar Social +”.

A participação da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, no Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas e no Dia Nacional do Mutualismo representa um sinal do reconhecimento do papel e da ação do Movimento Mutualista na sociedade portuguesa e assinala um novo ciclo no relacionamento da UMP com a Tutela.

Registe-se, ainda, a realização de uma reunião com o Primeiro-Ministro, António Costa, e outros membros do Governo, durante a qual a UMP e as demais organizações com assento na Comissão Permanente do Setor Social e Solidário apresentaram um conjunto de 30 medidas e propostas tendentes a

reforçar a capacidade de resposta das instituições à crise pós-Covid-19, no âmbito da preparação do Programa de Estabilização Económica e Social.

No que respeita à representação internacional, para além da presença estratégica no Comité Intercontinental da União Mundial das Mutualidades, em representação da Europa, a UMP passou a integrar o Comité Económico e Social Europeu e aprofundou laços e cooperação com as autoridades de São Tomé e Príncipe, no sentido de abrir portas ao Movimento Mutualista português no desenvolvimento de projetos socioeconómicos de raiz mutualista naquele território.

CCT HISTÓRICO. O ano de 2020 ficará para a história do Movimento Mutualista português como o ano da celebração do Primeiro Contrato Coletivo de Trabalho especificamente dirigido ao setor das mutualidades, com os sindicatos da UGT.

REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO. Atendendo às necessidades operacionais, houve a necessidade de deslocalizar vários gabinetes para espaços entretanto arrendados, onde passaram a funcionar todos os gabinetes da UMP, à exceção da Presidência e do Gabinete Financeiro.

Em termos organizacionais, a UMP reforçou a capacidade de resposta do Gabinete Jurídico e reativou o Gabinete de Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico, que tem à sua responsabilidade a definição das estratégias para a inovação e o empreendedorismo social, a apresentação de candidaturas e a divulgação de programas cofinanciados pelo Estado, União Europeia e outras entidades, de interesse para a UMP e o Movimento Mutualista.

A programação de eventos e de formação e capacitação sofreram alguns ajustamentos decorrentes da pandemia, com a celebração do Dia Nacional do Mutualismo e do Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas em formato online.

MAIS VISIBILIDADE. Durante o ano de 2020, o Movimento Mutualista conquistou mais espaço mediático, na imprensa nacional e internacional, devido à comunicação de iniciativas por si organizadas, como o Dia Nacional do Mutualismo e a cerimónia de assinatura do Contrato Coletivo de Trabalho, entre outros, e à sua participação em eventos, como a celebração do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário e, mais recentemente, da sua Adenda, e na discussão de medidas e iniciativas legislativas.

A elaboração de um novo Plano de Comunicação para o período 2021-2022, que aposta na notoriedade e na mudança de perceção da população relativamente ao Mutualismo e ao Movimento Mutualista, a remodelação do site mutualismo.pt e a dinamização, através de novos conteúdos multimédia, da presença da UMP e do Movimento Mutualista nas redes sociais contribuem para o reforço do seu posicionamento junto de diferentes públicos.

MODERNIZAÇÃO. No âmbito da modernização do Movimento Mutualista, a UMP apresentou, testou e aperfeiçoou tecnologicamente a aplicação AMIGA, de gestão de associados das mutualidades, desenhada e desenvolvida internamente, estando disponível a partir de janeiro de 2021 para implementação nas Associações Mutualistas que a pretendam utilizar.

Em paralelo, encontra-se em desenvolvimento a ferramenta “Simplex” que se destina a desburocratizar a relação das Mutualidades com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nomeadamente na apresentação ou submissão de informação obrigatória.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020

EXCELENTÍSSIMAS ASSOCIADAS

O presente Relatório espelha a atividade desenvolvida pela União das Mutualidades Portuguesas no ano de 2020, no cumprimento do seu Programa de Ação, encontrando-se dividido em 10 grandes domínios de atuação, a saber: Segurança Social; Saúde; Educação; Assuntos Jurídicos; Economia e Finanças; Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico; Relações Internacionais; Comunicação e Imagem; Representação Institucional e Cooperação; e Organização e Funcionamento da UMP.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020

137.591,07€

RESULTADO
LÍQUIDO DE 2020

1. SEGURANÇA SOCIAL

1.1 Código das Associações Mutualistas

A União das Mutualidades Portuguesas continua a apoiar as Mutualidades no processo de atualização dos seus Estatutos em conformidade com o Código das Associações Mutualistas, que entrou em vigor a 2 de setembro de 2018, e nas diligências sobre essa matéria, junto da Direção-Geral da Segurança Social.

Ao longo do ano, o Gabinete Jurídico da UMP acompanhou, de forma muito próxima, a evolução dos 45 processos de alteração de Estatutos e respetivos registos ou pedidos de apreciação prévia.

A UMP tem transmitido à Tutela as suas preocupações pelas dificuldades e constrangimentos das Associações Mutualistas relativamente à evolução destes processos.

1.2 Conselho Nacional para a Economia Social (CNES)

Este órgão consultivo de avaliação e acompanhamento das estratégias e das propostas políticas nas questões ligadas à dinamização e ao crescimento da Economia Social é presidido pelo Primeiro-Ministro, António Costa, e reuniu em duas ocasiões:

- A 21 de fevereiro, de forma presencial, para apresentação de projetos de medidas públicas com incidência direta no sector da Economia Social.
- A 30 de junho, em videoconferência, para apresentação de proposta de alteração da Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2010, de 04 de agosto, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2012, de 07 de setembro, que criou o CNES; e análise da situação decorrente da pandemia Covid-19 no setor da economia social.

1.3 Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSS)

A Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, que a UMP integra, no ano 2020 e no contexto da pandemia Covid-19, ganhou uma relevância nunca antes reconhecida, passando a reunir semanalmente, de forma presencial ou em videoconferência, sempre com a participação da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e/ou da Secretária de Estado da Ação Social, Rita Mendes, e/ou outros membros do Governo.

O seu papel tem sido de enorme importância na produção legislativa, na análise, discussão, implementação e monitorização das medidas dirigidas ao setor social e no acompanhamento da evolução da situação pandémica.

Destas reuniões resultaram medidas como um aumento extraordinário da comparticipação às respostas sociais de ERPI e Serviço de Apoio Domiciliário, o programa de capacitação das creches, os programas Adaptar Social+, Ativar, MAREESS (Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde), entre muitos outros.

A relevância do funcionamento desta estrutura nestes moldes tem contribuído para o reforço do posicionamento estratégico do Movimento Mutualista no quadro das políticas públicas para o setor das Mutualidades e no quadro da própria Economia Social.

1.4 Adenda ao compromisso de cooperação para o setor social e solidário para o biénio 2019-2020

Para além da atualização das comparticipações às respostas sociais enquadradas por Acordos de Cooperação em 2020, foi celebrada, a 13 de novembro, na presença do Primeiro-Ministro, António Costa, uma Adenda ao Compromisso de Cooperação para a disponibilização de 425 vagas extra-acordo em ERPI, de modo a responder às altas sociais dos hospitais.

A UMP, enquanto entidade representativa do Movimento Mutualista, participou nas negociações e teve intervenção na cerimónia de assinatura do documento.

1.5 Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.)

O ano de 2020 estimulou uma articulação permanente com o Instituto da Segurança Social na partilha de informação relevante, por um lado, sobre as medidas excecionais no âmbito da pandemia, os programas, as recomendações e as orientações, e a sua comunicação às Associações Mutualistas, e, por outro, sobre o impacto pandémico nas instituições.

Neste período, foram partilhadas cerca de 90 informações.

1.6 Comissão Nacional de Cooperação (CNC) e Comissão Distrital de Cooperação (CDC)

Durante o ano de 2020, a UMP participou nas duas reuniões da Comissão Nacional de Cooperação (CNC).

- A 5 de fevereiro, presencial, para efetuar o acompanhamento da execução do Compromisso de Cooperação para o biénio 2019-2020 e respetivos compromissos para a CNC, e aprovação do Relatório de Atividades da CNC relativo ao ano 2019;
- A 21 de dezembro, em formato de videoconferência, para fazer o balanço da execução do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o Biénio 2019-2020.

A UMP está representada e participou, também, nas reuniões das Comissões Distritais de Cooperação e Plataformas Supraconcelhias dos 18 distritos do País.

1.7 Fundo de Socorro Social

A candidatura ao Fundo de Socorro Social apresentada pela União das Mutualidades Portuguesas, em 2019, com vista ao seu reequilíbrio financeiro, teve o despacho favorável, em dezembro de 2020, pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no valor 160 mil euros.

1.8 Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

A União das Mutualidades Portuguesas manteve a sua presença no Conselho de Gestão do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS), que visa apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas. Em 2020, não foi aberto qualquer processo de candidatura, pelo que esta estrutura apenas acompanhou a execução das atividades e dos apoios anteriormente concedidos.

52%
MELHORIA DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS
COMPARATIVAMENTE
A 2019

1.9 Linha de Crédito de Apoio às Entidades da Economia Social

A União das Mutualidades Portuguesas manteve a sua presença como membro efetivo do Conselho Executivo das Linhas de Crédito de Apoio às Entidades da Economia Social, que, em 2020, apenas acompanhou a execução das atividades e dos financiamentos anteriormente concedidos.

1.10 Pareceres Emitidos

Enquanto entidade representante do Movimento Mutualista, a UMP registou uma atividade intensa no que respeita à participação em reuniões de preparação de medidas e na emissão de 24 pareceres no âmbito do Setor Social e da Segurança Social, destacando-se:

- Contributos ao projeto de Portaria do Regulamento do Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo - + CO3SO SOCIAL E EMPREGO.
- Contributos à Adenda ao Compromisso de Cooperação 2019-2020, implementação dos projetos-piloto do Cuidador Informal e Qualifica Social.
- Contributos e sugestões à proposta de relatório de atividades da CNC em 2019.
- Contributos à portaria sobre transferência de competências para as autarquias locais no domínio da ação social.
- Contributos à proposta de portaria que contemplou as medidas para o Setor Social.
- Contributos ao projeto de portaria que criou a medida de «Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde» e que estabeleceu um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+» aplicável em projetos realizados nas áreas social e da saúde, que visam o suprimento de postos de trabalho nas IPSS pelo período de 3 meses.
- Contributos para o funcionamento do Pré-Escolar não presencial.
- Sugestões para a reabertura das Creches às atividades presenciais.
- Contributos ao protocolo de colaboração no âmbito da medida de apoio ao reforço de emergência.
- Contributos relativos à reabertura dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO).
- Contributos sobre a redação de normas a aplicar no contexto da pandemia Covid-19.
- Contributos para a portaria referente ao programa Adaptar + Social.

- Contributos para a proposta de alteração à portaria sobre o reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde.
- Contributos para o documento de trabalho respeitante à reabertura dos Centros de Dia e Centros de Convívio.
- Proposta de alteração à portaria que define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios de caráter extraordinário, temporário e transitório destinados ao setor social e solidário em razão da situação epidemiológica.
- Contributos sobre o guião orientador para dar cumprimento ao previsto na portaria que define as condições de organização, funcionamento e instalação das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (Portaria n.º 67/2012).
- Contributos para projeto de portaria e decreto-Lei referentes à regulamentação do CAO.
- Comentários ao documento Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020-30.
- Contributos ao projeto de portaria sobre a gratuidade das creches.
- Parecer referente ao anteprojeto de Proposta de Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública.
- Proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza.
- Contributos ao projeto de 3.ª alteração à Portaria n.º 82-C/2020 (MAREESS).

2. SAÚDE

2.1 Farmácias Sociais

A União das Mutualidades Portuguesas, através do seu Gabinete Jurídico, continuou a apoiar as Associações Mutualistas nos processos de abertura de novas Farmácias Sociais, realocização de outras e nos respetivos processos judiciais.

Ao nível institucional, o Conselho de Administração tem mantido contactos regulares com a Ministra da Saúde e os seus Secretários de Estado, com vista à resolução dos constrangimentos e dificuldades do Movimento Mutualista neste domínio, nomeadamente através da alteração da atual Lei que regula o Regime Jurídico das Farmácias de Oficina.

2.2 Assistência Médica

No atual contexto de pandemia em que vivemos, as Associações Mutualistas são um pilar fundamental no suporte e apoio às populações, assumindo-se como um parceiro de excelência do Sistema Nacional de Saúde na prossecução do direito dos indivíduos no acesso à Saúde. Neste sentido, a prescrição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica assume uma grande relevância no processo de prestação de cuidados de saúde, no atual percurso dos utentes do SNS.

A desproporção atualmente existente, entre a necessidade crescente de prestação de cuidados de saúde aos cidadãos e a escassez/limitação dos recursos disponíveis no setor público para fazer face a esta procura, realça a importância do Movimento Mutualista como parceiro neste âmbito.

Neste contexto, a UMP continuou a mobilizar esforços junto do Ministério da Saúde para a possibilidade de estabelecer novos acordos para a prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e a manifestar a sua disponibilidade para estabelecer parcerias no âmbito dos cuidados de saúde primários para gestão de unidades de saúde familiar Tipo C.

1 60.000,00€

APOIO DO FUNDO
DE SOCORRO SOCIAL

2.3 Saúde Mental

A UMP continua a participar ativa e regularmente nas reuniões do Conselho Nacional de Saúde Mental e nas reuniões dos Conselhos Regionais de Saúde Mental do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Estes organismos debatem as linhas orientadoras e estratégicas para um programa de saúde mental, a nível nacional e regional, e que este ano mereceu enfoque especial no contexto relacionado com a pandemia Covid-19.

3. EDUCAÇÃO

No âmbito da sua representação nos Grupos de Trabalho relacionados com a área da Educação, a UMP defendeu a continuidade do importante papel do setor social e solidário, nomeadamente das Mutualidades, na consolidação da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar.

A pandemia, que levou à suspensão das atividades presenciais nos jardins-de-infância, lançou grandes desafios às mutualidades com respostas dirigidas à infância. Ao contrário das creches, em que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social assumiu a testagem dos recursos humanos afetos à resposta, nos jardins-de-infância houve necessidade de promover a adaptação das instalações e alteração de procedimentos, seguindo as recomendações e as orientações da Direção-Geral de Saúde e das demais autoridades públicas, que a UMP procurou comunicar e fazer chegar às instituições.

A UMP continuou a desempenhar um papel relevante na promoção do desenvolvimento e formação de crianças e jovens, através da gestão do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL), complementando a ação educativa da família e favorecendo a formação e o desenvolvimento saudável, ético e equilibrado de 67 crianças, tendo em vista o seu processo de inserção na sociedade, enquanto seres autónomos, livres e solidários.

A defesa dos interesses das crianças e jovens em risco mantém-se como uma das prioridades da UMP, que tem tido uma participação ativa na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

A UMP tem participado no Grupo de Trabalho para o levantamento e caracterização do funcionamento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI).

4. ASSUNTOS JURÍDICOS

A UMP continuou a defender os interesses do Movimento Mutualista nos processos de criação e alteração legislativos em matérias relacionadas com as Mutualidades e as suas atividades, bem como emitindo pareceres e apresentando contributos.

O reforço do Gabinete Jurídico, em 18 de maio, com a afetação de um jurista a tempo inteiro, permitiu acelerar os tempos de resposta às solicitações e pedidos de esclarecimento das Associadas, assim como acompanhar com maior disponibilidade os processos e procedimentos jurídicos e legais da UMP e das suas filiações. Acresceu a maior celeridade conferida à emissão de pareceres solicitados pelo Governo, mais especificamente pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O Gabinete Jurídico contou ainda com o envolvimento de quatro outros juristas, um dos quais terminou a sua ligação à UMP em maio de 2020, tendo estado envolvido no apoio jurídico à UMP e às suas filiações na adaptação dos seus Estatutos ao Código das Associações Mutualistas e no acompanhamento à negociação e celebração do Contrato Coletivo de Trabalho.

Os três outros juristas externos acompanharam dossiês específicos de elevada complexidade técnica, como os relacionados com os processos administrativos e judiciais das Associações Mutualistas relativos às farmácias de oficina; matérias fiscais da Economia Social; negociação e celebração do Contrato Coletivo de Trabalho; e processos de contencioso administrativo.

RESUMO DOS PROCESSOS / ATIVIDADES DO GABINETE JURÍDICO

ATIVIDADES	N.º DE EVIDÊNCIAS
Emissão de pareceres/informações/comunicações a Associadas por solicitação destas e reportadas pelo Conselho de Administração.	46
Análise e descrição sumária de diplomas legislativos no âmbito da Economia Social.	35
Dossiês internos (estudo, execução e acompanhamento): CAM, Alterações aos Estatutos da UMP e Associadas; Procedimentos de Contratação Pública; Manuais; Regulamentos; CCT.	6
Informações/comunicações/da UMP para o exterior - entidades governamentais.	5
Contributos para elaboração de documentos legais com MTSS e outros.	9
Apoio jurídico/pareceres/informações escritas ao Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (Lisboa).	4
Intervenção em Eventos da UMP – Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas.	1
Elaboração de protocolos com entidades estatais e outros.	8
Exposições da UMP a Entidades Governamentais – CAM.	1
Intervenção em processos judiciais e extrajudiciais.	2

5. ECONOMIA E FINANÇAS

O suprimento dos constrangimentos legais no que respeita ao exercício de algumas atividades económicas, como a atividade funerária e outras, continua a ser uma das preocupações da UMP.

A UMP reuniu, também, com a Secretaria de Estado do Turismo, no âmbito da preparação de um protocolo a celebrar com o Ministério da Economia, tendo em vista o processo de internacionalização do Movimento Mutualista Português.

6. INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

6.1 Projeto de Capacitação Institucional «Mutualismo - Modernizar, Expandir e Afirmar»

No decorrer do ano 2020, e apesar dos desafios impostos pela pandemia Covid-19, envidaram-se esforços que permitissem criar condições para a prossecução do projeto de capacitação institucional "MUTUALISMO - MODERNIZAR, EXPANDIR E AFIRMAR".

De facto, este projeto, iniciado já em setembro de 2017, cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), enquadrando-se na Tipologia de Operação - Capacitação institucional das organizações da economia social membros do CNES, teria o seu fim a 31 de agosto de 2020. Contudo, devido à situação de pandemia, foi autorizada, pelo POISE, uma prorrogação extraordinária do prazo final do projeto por mais 6 meses, terminando assim a 28 de fevereiro de 2021.

Foi considerando a missão assumida pela União das Mutualidades Portuguesas de representar o Movimento Mutualista Português e de defender os seus interesses junto das mais diversas instâncias nacionais e, inclusivamente, internacionais, trabalhando em prol de um modelo de resposta cada vez mais forte, alargado, moderno e eficaz, que foi traçado este Projeto de Capacitação Institucional "Mutualismo - Modernizar, Expandir e Afirmar - UMP MEA", de âmbito nacional e internacional, que visou dotar a UMP de competências, ferramentas e modelos processuais capazes de melhor atender aos desafios da Economia Social e do Movimento Mutualista, em particular.

Com a implementação e desenvolvimento do presente projeto da capacitação, pretendeu-se dotar a UMP de competências e recursos para poder, por sua vez, capacitar, orientar e apoiar as associações mutualistas suas filiadas na prossecução de medidas promotoras de emprego e inclusão social, seja apresentando oportunidades de crescimento, seja intermediando relações com organismos públicos da área do emprego, seja alavancando sinergias potenciadoras de investimento social.

Para o efeito, garantindo-se todas as medidas de segurança, foi definido pelo Conselho de Administração a não suspensão do projeto apesar da pandemia, pelo que se deu continuidade, com as devidas adaptações, à quase totalidade das atividades previstas. Deu-se igualmente continuidade à dinamização do Comité Executivo da UMP, constituído pelo Presidente do Conselho de Administração e membros de todos os gabinetes, continuando a produção de documentos de apoio ao funcionamento da União, acompanhando a execução do Plano Estratégico anteriormente definido e o planeamento e execução das diferentes atividades dos gabinetes. Durante o ano de 2020, realizaram-se 37 reuniões deste Comité, num total de 148 horas.

Não obstante os constrangimentos impostos pela pandemia, no decorrer do ano de 2020 procurou-se, pela sua importância estratégica, a execução das ações programadas, munindo-se a UMP dos meios tecnológicos necessários. Este investimento em meios tecnológicos e digitais capacitou a União das Mutualidades Portuguesas para que atualmente seja possível a realização das diferentes ações através das plataformas digitais, sem constranger nem limitar a participação e intervenção, das associadas e demais parceiros sociais.

Esta aposta nos meios digitais revelou-se um sucesso, com um crescimento significativo do número de participações e de intervenções, no decorrer das diferentes ações organizadas.

450.496,27€

REDUÇÃO DO PASSIVO
COMPARATIVAMENTE
A 2019

Considerando o desenvolvimento de iniciativas de debate, reflexão, partilha e difusão da UMP e do Movimento Mutualista Português e também o desenvolvimento de intervenções formativas, foram organizadas e realizadas as seguintes ações:

- Reunião Anual de Presidentes (Presencial);
- Jornadas Mutualistas – Marketing e Comunicação – Edição Sul (Presencial);
- Jornadas Mutualistas – Marketing e Comunicação – Edição Norte (Presencial);
- Dia Nacional do Mutualismo (participação e transmissão on-line);
- Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas (participação e transmissão on-line);

Em outubro deste ano, foi também apresentado o relatório intercalar de avaliação do projeto, de onde se destaca que os resultados obtidos pela equipa de avaliação validam ter existido uma melhoria na prestação de serviços às associadas da UMP através da Atividade 2 (Gabinetes de Apoio) e que uma percentagem muito significativa das Associadas reconhece a melhoria do desempenho da UMP.

Desta forma, e feito o balanço da execução do projeto de capacitação da UMP, de setembro de 2017 a dezembro de 2020, conclui-se pelo sucesso na implementação do mesmo, cumprindo com as atividades e os resultados contratualizados.

A realização destas atividades possibilitou que a UMP tenha hoje uma equipa mais capacitada, com mais ferramentas e recursos disponíveis para responder às solicitações das Associações Mutualistas e do próprio Estado.

Igualmente, e também fruto das ações realizadas, as Associações Mutualistas assumem atualmente uma postura mais (in)formada, atenta, dinâmica, atualizada, revigorada, desperta e exigente.

6.2 Projeto de capacitação Institucional “Mutualismo - Da Herança ao Futuro”

Em março de 2020 foi submetida candidatura ao projeto de tipologia 3.36 - Capacitação Institucional das organizações da economia social membros do Conselho Nacional para a Economia Social.

A candidatura a este projeto foi aprovada em setembro e decorrerá até 30 de junho de 2022. Contudo, e devido à prorrogação do prazo final do projeto de capacitação UMP-MEA, o Conselho de Administração deliberou o início deste projeto para 26 de outubro.

Este novo projeto, “Mutualismo – Da Herança ao Futuro”, visa honrar a História do Mutualismo e garantir a sua perenidade e prevê o desenvolvimento de atividades, iniciativas e ações de âmbito nacional e internacional promotoras da capacitação e do *empowerment* do Mutualismo Português, através da UMP e do seu papel no CNES.

As atividades previstas no âmbito do projeto “Mutualismo – Da Herança ao Futuro” visam dar cumprimento aos objetivos consolidados para a capacitação da UMP:

- a) Realizar ações, iniciativas e atividades que visem a capacitação institucional da União das Mutualidades Portuguesas e, conseqüentemente, das suas Associadas;
- b) Realizar ações, iniciativas e atividades que visem a cooperação e o trabalho em rede, aos níveis nacional e internacional;

c) Implementar e desenvolver ações de análise, troca de experiências e boas práticas no seio da Economia Social e Solidária, particularmente do Movimento Mutualista Português e Internacional;

d) Desenvolver ferramentas de base *web* de comunicação, gestão e partilha de dados entre os membros associativos da UMP e, bem assim, das suas relações institucionais e comunidade em geral;

e) Realizar ações, iniciativas e atividades difusoras do Movimento Mutualista no seio da Economia Social e Solidária Portuguesa e Internacional;

f) Aumentar a proporção de indivíduos participativos no Movimento Mutualista, nomeadamente nas atividades dinamizadas pela UMP;

g) Potenciar a melhoria do desempenho da UMP, resultante no reconhecimento e grau de satisfação com o desempenho da mesma pelas suas Associadas.

93.971,99€

AUMENTO DO ATIVO
COMPARATIVAMENTE
A 2019

A análise das execuções física e financeira do projeto de capacitação anterior e do projeto em fase de conclusão permitiram à UMP refletir acerca das apostas feitas e das atividades privilegiadas no âmbito do incremento das competências e da força de representação do Movimento Mutualista. Tornou-se, por isso, oportuno o desenvolvimento de um trabalho atento e participado de diagnóstico de necessidades de intervenção e capacitação, com vista ao planeamento estratégico do novo projeto. O início desta nova etapa de capacitação é, de acordo com a perspetiva dos principais envolvidos, o momento adequado ao reposicionamento de recursos e à redefinição de áreas-chave.

No âmbito da Atividade 1 “Estudo Preparatório, diagnose e prognóstico” do Projeto n.º POISE-03-4639-FSE-000846 (“Mutualismo – Da Herança ao Futuro”), cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Eixo 3, Tipologia 3.36 – Capacitação Institucional das organizações da economia social membros do Conselho Nacional para a Economia Social, foi dado início à elaboração do estudo preparatório, diagnose e prognóstico do projeto, que incluirá os seguintes pontos: Relatório de Diagnóstico; dinamização e divulgação prévia do projeto; definição de locais, datas, contactos e cronograma de atividades a executar no projeto; e organização de atividades de divulgação/disseminação do projeto.

6.3 Reativação do Gabinete de Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico

Tendo em vista desenvolver eixos importantes como a inovação social, o empreendedorismo, o desenvolvimento estratégico e a sustentabilidade, foi reativado, em setembro de 2020, o Gabinete de Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico.

Esta estrutura da organização da UMP tem identificado e promovido a divulgação de programas cofinanciados pelo Estado, União Europeia e outras entidades, que possam ter interesse relevante para a instituição e as suas filiadadas.

Ao nível do acompanhamento de programas cofinanciados, este gabinete tem encetado diligências junto dos vários Centros Distritais de Segurança Social, no que diz respeito à candidatura apresentada pela UMP, enquanto entidade representativa, ao Programa Adaptar Social +.

Foi preparada e submetida uma candidatura no âmbito da linha de cofinanciamento para o Apoio à Realização de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários e Estudos nos Domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ação Humanitária e de Emergência ao “Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP”.

Esta candidatura da União das Mutualidades Portuguesas perspetiva a realização de um Ciclo de Conferências intitulado “Mutualismo: um modelo de Previdência e Proteção Social com Futuro”, a desenvolver em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, e tem como objetivo a difusão do movimento mutualista nos PALOP.

Em paralelo, está a ser estudado um plano de desenvolvimento de uma iniciativa na área da inovação e empreendedorismo social, para o qual estão a ser procurados parceiros e apoios, através de programas de financiamento.

Noutro âmbito, está a ser reunida informação relevante, junto das Associadas, no sentido de promover a caracterização das suas áreas de intervenção.

O Gabinete de Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico tem ainda representado a União das Mutualidades Portuguesas, no âmbito do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, no grupo de trabalho para o “Levantamento e caracterização do funcionamento dos Centros de Recursos para a Inclusão, com vista a proceder a uma avaliação do seu funcionamento e propor medidas de melhoria”, constituído por elementos do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, União das Misericórdias Portuguesas e Confederação das Cooperativas Portuguesas.

Ainda no que diz respeito à representação da União das Mutualidades Portuguesas no âmbito do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, o Gabinete de Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico faz parte da Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação Intersetorial (Comissão), no âmbito dos projetos-piloto do Estatuto do Cuidador Informal, do qual fazem ainda parte elementos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Saúde, Delegação Geral das Autarquias Locais, Associação Nacional dos Cuidadores Informais, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, União das Misericórdias Portuguesas e Confederação das Cooperativas Portuguesas.

6.4 Desenvolvimento tecnológico/Informática

6.4.1 Novo Website

A nova página Web da União das Mutualidades Portuguesas foi ultimada no mês de janeiro, tendo sido apresentada às Associadas na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas.

O objetivo central, conforme se alude no ponto referente à Comunicação, foi operar uma remodelação no grafismo e nos conteúdos e torná-lo acessível a partir de diferentes dispositivos – PC, tablet e smartphones.

Está a ser estudada a possibilidade de implementação de um chat interativo na página web, de forma a assegurar um meio de comunicação simples e rápido com as Associadas e o público em geral.

6.4.2 AMIGA

A Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados (AMI-GA) foi apresentada às Associadas na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, tendo sido objeto posteriormente de melhorias, nomeadamente ao nível da sua configuração para um dispositivo móvel de cobrança, com impressora incorporada, e sujeita a testes finais.

Esta aplicação, inteiramente desenvolvida pelo Gabinete de Informática da UMP e especificamente dirigida às Associações Mutualistas, encontra-se em condições de ser utilizada de forma universal.

6.4.3 Simplex

Com o objetivo de simplificar a relação das Mutualidades com os organismos do Estado, nomeadamente para prestação de informação oficial obrigatória, a UMP iniciou o desenvolvimento da ferramenta SIMPLEX, inserida no domínio mutualismo.pt, que se encontra em fase adiantada.

Esta ferramenta permite, por exemplo, disponibilizar a documentação obrigatória ao Instituto Nacional de Estatística e à Direção Geral da Segurança Social e Orçamento e Contas de Instituições Particulares.

A UMP está a articular com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a interligação desta ferramenta com os sistemas de informação dos organismos públicos.

No âmbito da organização interna da UMP, foi implementada uma ferramenta informática que agilizou e otimizou a comunicação em tempo real entre os diferentes gabinetes.

6.4.4 Central de negociação

Em paralelo com as demais atividades do Gabinete, nomeadamente o apoio técnico regular ao sistema informático, está a desenvolver o conceito de uma central de negociação adaptada às necessidades da UMP e das Associações Mutualistas (e eventualmente dos seus Associados), que permita obter vantagens na aquisição de bens e serviços, reunindo um conjunto de parceiros relevantes nas diversas áreas de atividade das Mutualidades.

7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

7.1 UMM - União Mundial das Mutualidades

No seguimento da sua atividade como Vice-Presidente do Comité Intercontinental da UMM, em representação do Continente Europeu, a UMP participou em diferentes ações levadas a cabo pela UMM, no decorrer do ano de 2020.

Assim, no dia 21 de janeiro, participou por videoconferência em reunião do Comité Intercontinental, onde foi discutida a alteração da sede da UMM para Bruxelas, a preparação da Assembleia Geral, o Regulamento Interno e o Congresso da UMM, que estava previsto realizar-se no mês de junho, em Buenos Aires. Por força da pandemia, não foi possível concretizar esta ação.

No dia 28 de abril, participou por videoconferência em reunião do Comité Intercontinental, onde foi

356.524,28€

MELHORIA DOS FUNDOS
COMPARATIVAMENTE
A 2019

discutido e aprovado o envio de carta ao Senhor Secretário Geral das Nações Unidas e a reavaliação das atividades suspensas, como a Assembleia Geral, o arrendamento de instalações em Bruxelas e a aprovação do Regulamento Interno de Funcionamento.

Comemorou-se, no dia 05 de junho, o segundo aniversário da UMM, através de envio de comunicação escrita aos parceiros institucionais, assinalando os esforços e o sucesso da criação da União Mundial das Mutualidades.

No dia 10 de setembro, participou a UMP por videoconferência em reunião do Comité Intercontinental, onde foi decidido agendamento, por videoconferência, da segunda Assembleia Geral da UMM, para o dia 25 de novembro, onde foi apresentado o relatório de atividade e contas de 2019. Igualmente, na mesma reunião, foi decidido que se prorrogaria a Presidência na UMM da ODEMA, por mais um ano, em virtude da pandemia Covid-19 ter impossibilitado a realização de quase todas as atividades previstas.

No dia 25 de novembro, participou, então, por videoconferência, a UMP na segunda Assembleia Geral da UMM, onde foi apresentado o relatório e contas referente ao ano de 2019, que foi aprovado por unanimidade. Foi também apresentada proposta para a renovação do mandato da presidência por mais um ano, porque, considerando a pandemia de Covid 19, não foi possível executar nenhuma das seguintes ações previstas para este ano: Alteração da sede da UMM para Bruxelas e abertura de conta bancária.

A proposta foi aprovada por unanimidade, continuando assim a presidência da UMM por mais um ano na Argentina. Ainda nesta Assembleia Geral foi apresentado e aprovado um certificado de mérito para cada um dos três membros do comité intercontinental, reconhecendo os valiosos contributos destas entidades para o sucesso do mutualismo a nível mundial.

7.2 Comité Económico e Social Europeu (CESE)

No seguimento da sua participação no CES – Conselho Económico Social, a UMP foi nomeada em 2020 para um mandato no CESE – Comité Económico e Social Europeu, tendo tomado posse no mês de outubro. A função deste Comité passa pela emissão de pareceres sobre preocupações europeias, que são dirigidos à Comissão Europeia, ao Conselho e ao Parlamento Europeu, fazendo a ligação entre os órgãos de decisão da UE e os seus cidadãos.

Tendo em conta a sua participação neste Comité, a UMP foi nomeada para o Grupo III – Diversidade Europa e também para a mesa do mesmo. Este grupo, em consonância com as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, é composto por «outros atores representativos da sociedade civil, em especial nos domínios socioeconómico, cívico, profissional e cultural». O objetivo do Grupo III é a realização de uma verdadeira democracia económica, social e participativa europeia, tendo como lema «Alcançar uma autêntica democracia participativa na UE através do diálogo civil», e o espírito subjacente às suas atividades enquadra-se nos seguintes três pilares: Diversidade em democracia; Formação de consensos e Empenhamento cívico europeu – ação local.

Considerando o seu âmbito, a UMP foi igualmente indicada para a Categoria da Economia Social. Esta categoria é constituída por membros provenientes do Grupo Diversidade Europa e do Grupo dos Empregadores, representando cooperativas, mutualidades, associações, fundações e ONG de ação social. Faz ainda parte das secções INT (Secção Especializada do Mercado Único, Produção e Consumo) e da SOC (Secção Especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania).

A Secção INT trata de domínios de política relacionados com a indústria, a concorrência, os serviços, as pequenas e médias empresas (PME) e as empresas da economia social. Tem igualmente como função debater e adotar pareceres sobre a investigação e a inovação, a defesa dos consumidores, as tendências económicas emergentes, tais como a economia colaborativa, e as políticas do mercado único em geral.

A Secção SOC prepara os trabalhos do CESE numa série de domínios de intervenção que incluem o emprego e as condições de trabalho, a educação e a formação, a migração e o asilo, os direitos fundamentais e os direitos dos cidadãos e outras questões sociais, como a política social e a pobreza, a igualdade de género, questões relacionadas com a deficiência, a inclusão dos ciganos, a saúde, a justiça e os assuntos internos (incluindo a imigração).

Por último, e atendendo à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a UMP foi indicada como um dos pontos de contacto para as atividades do CESE durante a mesma.

Considerando o explanado a UMP esteve representada nas seguintes reuniões:

- 6 e 7 de outubro, Sessão de boas vindas;
- 27, 28 e 29 de outubro, 555.º Plenário Constitutivo do CESE;
- 27 de outubro, reunião do Grupo III – Diversidade Europeia;
- 10 de novembro, Reunião da Secção INT;
- 11 de novembro, reunião da Secção SOC;
- 23 de novembro, reunião do Grupo III – Diversidade Europeia;
- 02 de dezembro, Reunião Grupo III - Diversidade Europeia;
- 02 de dezembro, 556.º Plenário do CESE;
- 03 de dezembro, 556.º Plenário do CESE;
- 07 de dezembro, Reunião de Mesa do Grupo III - Diversidade Europeia;
- 17 de dezembro, Reunião da Secção SOC;
- 17 de dezembro, 3.ª reunião da Categoria de Economia Social.

7.3 CPLP

Em 2019, aprofundaram-se também contactos com as autoridades de São Tomé e Príncipe, no âmbito da cooperação para a introdução do Mutualismo naquele país de expressão portuguesa (CPLP), tendo havido, a 11 de março, reunião presencial com Assessor do Primeiro-ministro, onde foram abordadas as diferentes preocupações da UMP e a participação do Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Dr. Jorge Bom Jesus, nas celebrações do Dia Nacional do Mutualismo.

Nos dias 05 de agosto e 30 de setembro, foram ainda promovidas reuniões com o Ministério da Economia/Turismo de Portugal, com representantes destes dois organismos, no sentido de reunir apoios para a intervenção da UMP em São Tomé e Príncipe.

8. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O ano de 2020 correspondeu a uma forte aposta em vários domínios:

- **Na visibilidade da UMP e do Movimento Mutualista** [com vários eventos e iniciativas da UMP, e outros em que foi parte interveniente, a produzirem referências nos meios de comunicação social (imprensa escrita, rádio e televisão) e de expansão regional, nacional e internacional, e renovação do site institucional, que reforçaram o posicionamento do Movimento Mutualista na sociedade].

- **Na comunicação interna** (dirigida às Associações Mutualistas), com uma média de uma comunicação por cada três dias do ano, com informação relevante para a sua atividade, seja com as normas e orientações das autoridades públicas no âmbito da pandemia seja com informação relativa à produção legislativa, ou com recomendações e tomadas de posição da UMP.

- **Na elaboração de um Plano de Comunicação** para 2021-2022, com o apoio de uma entidade externa, que pretende tornar o mutualismo um conceito familiar a todos os portugueses de todas as gerações, criar uma imagem institucional forte e aumentar a exposição mediática do Movimento Mutualista.

- **No investimento realizado em equipamento audiovisual** para dotar o Gabinete de Comunicação e Imagem de recursos próprios de qualidade para o desenvolvimento das suas tarefas.

8.1 Plataformas de comunicação

8.1.1 Publicações

Assegurou-se a produção e a distribuição do boletim informativo Info, da newsletter e da revista MUT, apostando na diversificação e valorização dos seus conteúdos escritos e visuais e procurando disponibilizar informação relevante das e para as Associações Mutualistas e diferentes públicos (o seu papel, as suas ações e os seus projetos de apoio aos mais vulneráveis no contexto difícil e complexo que vivemos em 2020).

8.1.2 Imprensa

A UMP conquistou mais visibilidade na imprensa escrita, radiofónica e televisiva (regional, nacional e internacional), em resultado, por um lado, do aprofundamento das suas relações com a comunicação social, por outro, pela notoriedade alcançada por eventos como o Dia Nacional do Mutualismo ou a Apresentação e Assinatura do Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades, entre outros, e ainda pela sua intervenção em vários processos legislativos relevantes no âmbito do setor social e pelo seu papel no combate à pandemia.

8.1.3 Site e microsites

Procedeu-se à renovação completa do site www.mutualismo.pt, ao nível de conteúdo e de imagem, conferindo-lhe características responsivas, de forma a torná-lo acessível a partir de qualquer dispositivo móvel. Uma operação desenvolvida em articulação com o Gabinete de Informática que resultou num acréscimo de acessos superior a 300 por cento, relativamente ao ano anterior.

8.1.4 Redes Sociais

A UMP continuou a dinamizar a sua presença nas redes sociais, nomeadamente no Facebook. Durante o ano de 2020 fez 482 publicações, que registaram um alcance de aproximadamente 148 mil utilizadores (+ 7.000 do que no ano anterior).

Procurou-se diversificar conteúdos, apostando, este ano, por exemplo, em publicações com dados estatísticos, factos históricos e personalidades relevantes do Mutualismo e do Movimento Mutualista, respostas proseguidas, imagens das atividades das Associações Mutualistas nos períodos mais críticos da pandemia, etc.

Em 2020, a UMP aderiu à rede social Instagram, com o objetivo de alcançar públicos mais jovens, WhatsApp e continuou a alimentar a sua conta de Twitter.

8.1.5 Transmissões em streaming

Com os condicionalismos dos eventos presenciais, o recurso às transmissões em streaming em plataformas como o YouTube e o Facebook permitiu que a evocação do Dia Nacional do Mutualismo e o Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas pudessem ganhar mais audiência e visibilidade junto dos Mutualistas, das Associações Mutualistas, dos parceiros estratégicos, da imprensa e do público. Com o *know-how* acumulado nestas duas transmissões e o apetrechamento com equipamento que alarga o leque de soluções técnicas, a UMP estará em condições de reforçar a sua aposta na qualidade da transmissão dos seus eventos e iniciativas, de natureza presencial ou em formato de videoconferência.

8.1.6 Trabalhos Criativos

Apesar das restrições decorrentes da pandemia, a UMP deu seguimento à sua aposta na produção própria e difusão de vídeos para dinamizar as redes sociais e enriquecer apresentações de eventos da UMP. Neste período em análise, foram realizados e publicados, nas diferentes plataformas, 50 vídeos, integralmente produzidos com recursos técnicos e humanos da UMP, nomeadamente:

- Reportagens de eventos;
- Entrevistas a personalidades participantes em eventos da UMP;
- Excertos de intervenções em iniciativas da UMP;
- Convites do Presidente do CA à participação nos eventos;
- Entrevistas a Dirigentes Mutualistas;
- Resenha das atividades do ano;
- Biografia dos Premiados no Dia Nacional do Mutualismo;
- Prémio Inovar para Melhorar;
- Chama Mutualista (resenha da edição);
- Prémio Trabalhador do Ano;
- Prémio Cidadania e Solidariedade;
- Prémio Mutualismo e Solidariedade.

Em 2020, o Gabinete de Comunicação e Imagem produziu trabalhos criativos e de design necessários para a divulgação e promoção dos eventos e iniciativas da UMP: convites, diplomas, programas, flyers, assim como outras imagens/layouts (para suportes comunicacionais - banners publicitários, fotos de capa de Facebook, imagens institucionais no âmbito de efemérides e datas festivas, para press releases, postais comemorativos, entre outros).

9. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

9.1 Representações Institucionais

Em 2020, a UMP participou em diversas reuniões tendentes a transmitir e solucionar problemas com que se deparam as Associações Mutualistas, nomeadamente com:

- Primeiro-Ministro;
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Economia.

9.2 Outras Participações e Representações Institucionais Nacionais

- Conselho Económico e Social (CES);
- Conselho Nacional para a Economia Social (CNES)
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES): presidência do Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSS);
- Comissão Nacional de Cooperação (CNC);
- Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES);
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP);
- Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, IP);
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ);
- Conselho Nacional para a Saúde Mental;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Norte;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Centro;
- Conselho Regional de Saúde Mental de Lisboa e Vale do Tejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Alentejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Algarve;
- Comissões Distritais de Cooperação em 18 distritos;
- Plataformas Supraconcelhias do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve;
- Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem;
- Conselho Consultivo da Fundação INATEL;
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Fundo de Reestruturação do Setor Social;
- Linha de Crédito I e II;
- Comitês de Acompanhamento dos programas Operacionais Regionais (Norte2020, Centro2020, Lisboa2020, Alentejo2020 e Algarve2020);
- Comité de Acompanhamento do PO MAR 2020;
- Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio;
- Projeto Y.ES – CASES;
- Grupo de Trabalho do Projeto-Piloto Estatuto do Cuidador Informal;
- Grupo de Trabalho da Rede Nacional de Educação Pré-escolar;
- Grupo de Trabalho para o “Levantamento e caracterização do funcionamento dos centros de recursos para a inclusão;
- Grupo de Trabalho Quadro Comunitário 2030;

- Grupo de Trabalho POISE - Capacitação;
- Grupo de Trabalho Estatuto Fiscal da Economia Social;
- Grupo de Trabalho do Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (+18);
- Grupo de Trabalho para Avaliação dos Impactos da Maximização dos Recursos Humanos das Respostas Sociais;
- Grupo de Trabalho para Avaliação de Critérios e Indicadores de Fiscalização e Acompanhamento das Respostas Sociais;
- Grupo de Trabalho para Estudo e Definição dos Custos Técnicos das Respostas Sociais.
- Grupo de Trabalho do Projeto de Políticas Públicas na Longevidade, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Grupo de Trabalho para a Revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.
- Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Lisboa.

10. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP

10.1 Sede

A UMP tem vindo a manter contactos com o Governo e diversos Municípios do País, no sentido de assegurar a cedência de um espaço para a instalação da sua sede e dos seus serviços, aguardando o resultado das diligências efetuadas em alguns dos casos.

Atendendo ao crescimento da UMP e ao desenvolvimento do seu programa de capacitação institucional, tornou-se necessário reinstalar os recursos humanos, materiais e equipamentos necessários ao funcionamento do Gabinete de Informática e do Gabinete Jurídico, Gabinete de Promoção Social, Protocolos e Eventos, Gabinete de Comunicação e Imagem e Gabinete de Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico.

No âmbito do Projeto POISE-03-4639-FSE-000284, enquadrado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Eixo 3, Tipologia 3.36 – Capacitação Institucional das organizações da economia social membros do Conselho Nacional para a Economia Social, foram arrendadas instalações adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas.

10.2 Estrutura da organização

Em 2020, a estrutura organizativa foi reforçada com a reativação do já referido Gabinete de Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico, que pretende aprofundar a intervenção em matérias como a inovação e o empreendedorismo social, a captação de recursos para o desenvolvimento de novos projetos na UMP e nas suas Associadas.

Merece realce, ainda, o reforço do Gabinete Jurídico, que passou a dispor de um jurista a tempo inteiro, permitindo elevar a capacidade de resposta nas diferentes áreas da sua atuação, incluindo a satisfação dos pedidos de esclarecimento e de apoio das Associadas.

O Comité Executivo, que engloba o Conselho de Administração e todos os gabinetes da UMP, reúne regularmente, tendo ao longo do ano realizado 37 reuniões, num total de 148 horas. Registe-se ainda que, no âmbito das medidas de contenção da pandemia, os gabinetes da UMP estiveram a funcionar em regime de teletrabalho no período entre 17 de março e 24 de abril.

10.3 Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL)

Durante o ano de 2020, a União das Mutualidades Portuguesas deu continuidade, de forma comprometida e rigorosa, à gestão da Creche do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL), equipamento social situado em Lisboa, mais concretamente na freguesia de Santa Clara.

De salientar que, ao longo do ano de 2020, se investiu em novos materiais e equipamentos que permitiram assegurar as condições adequadas para dar resposta às necessidades de conforto, desenvolvimento e segurança das crianças.

Apesar das contingências vivenciadas no ano de 2020 resultantes da pandemia, nomeadamente no que diz respeito à procura de respostas de apoio à primeira infância, o CIDACL continuou a registar elevados níveis de interesse e reconhecimento das famílias, havendo assim evidências da valorização do trabalho desenvolvido por esta Creche.

Efetivamente, devido às circunstâncias pandémicas que atravessamos, este foi um ano particularmente atípico e desafiante para esta resposta social. Durante o período de suspensão do funcionamento da Creche, decretado pelo Governo, e que decorreu entre março e maio, foi mantida, através de várias vias, a comunicação regular e eficaz com as famílias das crianças acolhidas, no sentido de lhes prestar o devido acompanhamento, informações e apoio necessários. Por outro lado, aquando da reabertura, o CIDACL diligenciou todos os procedimentos para que a retoma da frequência das crianças decorresse em plenas condições de segurança e tranquilidade, adaptando-se assim às novas normas e exigências impostas pela pandemia.

De salientar ainda que, devido ao aumento dos procedimentos adotados pelo CIDACL para a minimização de riscos consequentes da pandemia, e de forma a acautelar a manutenção do seu funcionamento e da sua capacidade de resposta, reforçaram-se preventivamente os recursos humanos afetos à instituição, através da medida MAREESS (Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde). Para além destes 2 reforços temporários, o CIDACL conta com um quadro de recursos humanos composto por 15 profissionais qualificados e competentes, que continuamente asseguram a qualidade dos serviços prestados por esta resposta social e colaboram no processo de evolução e crescimento das 67 crianças atualmente integradas.

O CIDACL continuou também a criar e a alargar uma rede consolidada de parcerias, fundamentais para a prossecução das atividades pedagógicas proporcionadas às crianças e para a execução dos objetivos da instituição. Por outro lado, estas parcerias visam o apoio em áreas específicas, inclusivamente com crianças sinalizadas e com necessidades educativas especiais. São exemplos destas parcerias: Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; Junta de Freguesia de Santa Clara; Unidades de Saúde Familiar da Região e outras entidades com objetivos de promoção da saúde; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Equipa Local de Intervenção Precoce de Lisboa Norte; GEBALIS; Polícia de Segurança Pública; Instituições recreativas, sociais e culturais da região; Entrajuda (Banco de Bens Doados); Organizações religiosas; Grupos de Teatro; Parques Lúdicos, Pedagógicos e/ou Temáticos; Bibliotecas; Pastelarias locais...

O CIDACL é uma resposta de referência no que diz respeito ao apoio à primeira infância no território e um lugar estimulante para os processos de descoberta e aprendizagens das crianças. A sua intervenção, alicerçada nos valores e princípios mutualistas dignifica o movimento, sendo notório o contínuo crescimento, rigor e profissionalismo demonstrados por este equipamento social.

10.4 Protocolos de Cooperação

A UMP continuou a colocar à disposição um conjunto de protocolos com entidades públicas e privadas, que proporcionam vantagens no acesso a serviços e produtos por parte das Associações Mutualistas e seus Associados: Mutual-In, Direcção-Geral do Consumidor, Ministro da Cultura, Intellicare, Interprev, Sociedade de Turismo de S. M. da Feira (Termas de S. Jorge), Farma+, Orbis e Necho Consulting, IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IFRRU 2020 e Fundiestamo.

10.5 Eventos

A programação de eventos de capacitação e divulgação da UMP e do Movimento Mutualista sofreu ajustamentos significativos, por força das medidas de contingência e mitigação do surto epidemiológico Covid-19.

A pandemia que eclodiu em março impediu a realização do Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas, do Encontro Nacional de Jovens Mutualistas e do Encontro Regional de IPSS, mas, com a evolução da situação pandémica e das soluções tecnológicas, num sinal da resiliência da equipa da UMP, retomou-se a programação com a realização da sessão evocativa do Dia Nacional do Mutualismo (em alternativa ao anunciado Congresso Nacional), no dia 8 de julho, e do Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, a 23 de outubro, em formato de videoconferência e com transmissão nas redes sociais YouTube e Facebook.

10.5.1 Dia Nacional do Mutualismo

2020 seria o ano do XIII Congresso Nacional do Mutualismo (agendado para o Fórum de Artes e Cultura de Espinho), mas, em plena pandemia e com o país mergulhado em estado de emergência, o Conselho de Administração da UMP deliberou reagendar a sua realização para um momento posterior em que as circunstâncias sanitárias o permitam. Mesmo num quadro restritivo, decidiu evocar o Dia Nacional do Mutualismo, a 8 de julho, reunindo, numa videoconferência transmitida no canal de YouTube Mutualidades Portuguesas, a partir do auditório d'A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista, em Esmoriz, um conjunto de personalidades que tinham manifestado disponibilidade para participar no Congresso.

Participaram nesta sessão evocativa moderada pelo Presidente do Conselho de Administração da UMP: o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Jorge Bom Jesus; a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho (com um registo previamente gravado); o Presidente da Câmara Municipal de Espinho, Pinto Moreira (a quem foi atribuído o Prémio Cidadania e Solidariedade); Francisco Ramos, ex-Secretário de Estado Adjunto e da Saúde; Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social; Carlos Azevedo, Presidente do IES-Social Business School; Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP; e António Moura e Sá, Presidente do Conselho Fiscal da UMP.

No decorrer do evento, foi lançada mais uma edição da Chama Mutualista, que iniciou o seu roteiro no Monte Pio Artístico Tavirense, e foram anunciados os prémios institucionais:

Mutualismo e Solidariedade Internacional: Jorge Bom Jesus, Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe;

Mutualismo e Solidariedade Internacional: José Tolentino de Mendonça, Cardeal Bibliotecário do Vaticano;

Prémio Mutualismo e Solidariedade: Augusto Abreu, Presidente da Direção da Associação Familiar Vimaranense;

Prémio Cidadania e Solidariedade: Pinto Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Espinho;

Prémio Inovar Para Melhorar: projeto Unidos na Diversidade, Inclusivos na Intervenção, d'A Previdência Portuguesa;

Prémio Trabalhador do Ano: Soraia Ribeiro, Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta.

À exceção de José Tolentino de Mendonça, que enviou uma mensagem em vídeo, todos os premiados tiveram ocasião de dirigir uma mensagem aos participantes na sessão e a quem assistia à transmissão, assim como os demais finalistas do Prémio Inovar Para Melhorar e Prémio Trabalhador do Ano.

Tratou-se do primeiro evento organizado pela UMP nestes moldes (não presencial) e, com agrado, verificámos que se registou mais de meio milhar de visualizações, no direto no YouTube e no vídeo do evento publicado na página de Facebook, número que suplanta significativamente o nível de assistência verificado em edições anteriores em formato presencial.

Acresce, ainda, que os vídeos produzidos a partir das intervenções dos oradores, publicados nas semanas seguintes, registaram mais de 2.000 visualizações na página de Facebook da UMP.

Em termos mediáticos, a sessão evocativa do Dia Nacional do Mutualismo produziu um grande impacto na comunicação nacional e internacional, na imprensa escrita, radiofónica e televisiva, nos principais títulos da imprensa de Portugal Continental e da Madeira e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, em especial em São Tomé e Príncipe e Angola.

10.5.2 Cerimónia de apresentação e assinatura do 1.º Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades

Dando cumprimento a uma antiga aspiração do Movimento Mutualista, a UMP alcançou um acordo com a Federação Nacional de Educação (FNE) e outros sindicatos filiados na União Geral dos Trabalhadores (UGT) para a assinatura do primeiro Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para as mutualidades portuguesas.

Este acordo, desejado pelo setor mutualista desde 2013, representa um avanço significativo em relação à Portaria de Extensão do Contrato Coletivo de Trabalho das IPSS, que vigorou para as mutualidades até à sua entrada em vigor, e dará um enquadramento laboral diferenciado, adequado às especificidades do movimento mutualista.

A Cerimónia de Assinatura do Primeiro Acordo Coletivo de Trabalho das Mutualidades decorreu no Hotel Infante Sagres, no Porto, e teve como público-alvo as Associações Mutualistas filiadas na UMP.

Foram ainda convidados os parceiros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), os deputados eleitos pelos círculos eleitorais de Porto e Aveiro, autarcas, o Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, sindicatos participantes no processo negocial e outras entidades envolvidas.

Estiveram representadas 17 Associações Mutualistas, 9 outras entidades e estiveram presentes 56 participantes individuais.

O evento mereceu referências na generalidade da comunicação social nacional, antes e após, sublinhando-se o destaque atribuído pelo Jornal de Notícias, que na rubrica “elevador” posicionou em sentido ascendente a UMP.

10.5.3 Reunião Anual de Presidentes Mutualistas

O primeiro evento da agenda anual dos eventos da UMP ocorreu antes da declaração da situação pandémica.

Espaço privilegiado de debate dos dirigentes máximos das Associações Mutualistas, a Reunião Anual de Presidentes Mutualistas (RAPM) realizou-se a 25 de janeiro, no Hotel Quinta dos Três Pinheiros, na Mealhada, e contou com a presença de 49 participantes em representação de 24 Mutualidades.

Subordinada ao tema “Novas Tecnologias de Informação ao Serviço do Mutualismo”, iniciou-se com a sessão de abertura em que intervieram o Vereador da Ação Social da Câmara Municipal da Mealhada, Nuno Canilho, e o Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva.

No decurso dos trabalhos, foram apresentados dois novos instrumentos importantes para o Movimento e ambos desenvolvidos exclusivamente pelos recursos humanos da UMP: a Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados (AMIGA) e o novo site institucional www.mutualismo.pt.

Para além de uma análise às duas ferramentas, e sob moderação da Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, Carla Silva, cada um dos dirigentes máximos das Associadas presentes puderam expressar a sua opinião sobre matérias cruciais para a promoção e desenvolvimento do Mutualismo em Portugal, partilhar experiências e desafios que se colocavam às respetivas lideranças em 2020.

Nesta cimeira de Presidentes Mutualistas foi apresentada, ainda, a agenda de eventos da UMP para o ano que terminou.

10.5.4 IX Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas

Este evento destina-se a abordar matérias pertinentes para o desenvolvimento e valorização das Associações Mutualistas e da sua gestão e funcionamento. Nesta edição, em videoconferência, foi escolhido como tema central “As Mutualidades do Século XXI - Acrescentar valor pela inovação”.

Um dos momentos altos, saudado por alguns dirigentes mutualistas, foi a intervenção da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que aludiu durante aproximadamente 30 minutos às medidas tomadas pelo Governo durante a pandemia no âmbito do Setor Social.

Eduardo Pedroso, especialista da CASES em Estatística, foi convidado a fazer “O retrato das Mutualidades e da Economia Social no Século XXI”, com base nos dados e nos resultados da Conta Satélite da Economia Social e do Inquérito ao Setor da Economia Social, desenvolvidos pelo INE e pela CASES.

“O potencial da Inovação Social no Movimento Mutualista” foi o tema desenvolvido por Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, que incentivou as Mutualidades a apostar na inovação e deu a conhecer os apoios públicos disponíveis para esse efeito.

Um terceiro tema previsto no programa do evento foi “O Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades - O que muda nas relações laborais?”, cuja apresentação esteve a cargo de Paulo Teixeira, Advogado do Gabinete Jurídico da UMP, que procurou esclarecer as mutualidades sobre as principais alterações que se verificaram nas relações laborais no setor com a entrada em vigor do CCT assinado pela UMP, pela FNE e por outros Sindicatos da UGT.

No período aberto à intervenção dos participantes, usaram da palavra vários Dirigentes, solicitando esclarecimentos sobre as matérias abordadas e comentando as intervenções dos oradores e da Ministra Ana Mendes Godinho.

O evento, que terminou com a leitura das conclusões pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Carla Silva, foi transmitido pelo Facebook e pelo canal de Youtube Mutualidades Portuguesas, tendo registado mais de 400 visualizações do Direto e mais de 1.400 pessoas alcançadas.

10.5.5 Jornadas Mutualistas Regionais

As Jornadas Mutualistas Regionais são um evento de caráter formativo, direcionado para trabalhadores, dirigentes e colaboradores das Associações Mutualistas, que pretende ser veículo de transmissão de conhecimentos técnicos orientados para a capacitação e desenvolvimento das Associações Mutualistas filiadas na UMP.

Atendendo ao surto epidemiológico, que mobilizou todos os recursos humanos das Associações Mutualistas para a resposta às necessidades dos Portugueses, o Conselho de Administração da UMP entendeu por bem suspender, em março, o plano de formação previsto para 2020, abrindo uma exceção para promover duas ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores das creches, na preparação do retorno às atividades presenciais nesta resposta social e, ao abrigo de um protocolo celebrado com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Do plano previsto, realizou-se apenas a 1.ª Edição das Jornadas Mutualistas Regionais, dedicada ao “Marketing e Comunicação”, áreas que as Mutualidades tinham identificado como importantes para a sua modernização e para a valorização dos seus recursos humanos.

Esta edição, realizada no mês de fevereiro, foi dividida em duas sessões, uma realizada em Évora, no Évora Olive Hotel, e outra no Hotel Monte Lírio, em Espinho, de forma a facilitar a participação das Mutualidades geograficamente situadas no Sul e no Norte de Portugal.

No cômputo das duas sessões, registaram-se 72 inscrições e 60 participações, em representação de 22 Associações Mutualistas, o que confirma a tendência positiva do nível de frequência, por comparação com as edições anteriores.

A formação sobre Retoma de Atividade em Creche/Creche Familiar/Ama, dividida em duas ações em formato de videoconferência (14 e 21 de maio), foi um evento de caráter formativo, direcionado para dirigentes, técnicos e trabalhadores das creches dinamizadas por Associações Mutualistas, que pretendeu transmitir conhecimentos técnicos orientados para a capacitação daqueles profissionais na reaber-

tura das creches após o período de confinamento, de acordo com as normas emanadas da Direção-Geral da Saúde para o efeito.

No cômputo das duas ações realizadas, registaram-se 264 inscrições e compareceram 242 participantes nos *webinars*.

Estas ações tiveram como objetivos específicos: conhecer os procedimentos prévios a adotar para a reabertura dos espaços; conhecer as medidas gerais emanadas pela DGS; descrever as condições necessárias para o transporte das crianças; adotar procedimentos corretos perante um caso suspeito; e conhecer os cuidados a adotar nas rotinas das crianças nas refeições, atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade.

Aproveitando a suspensão das atividades formativas, a UMP iniciou o processo da sua certificação como entidade formadora junto da DGERT e começou a preparar, com o apoio de uma entidade externa, um plano de formação dos recursos humanos da UMP e das Associações Mutualistas, adequado às circunstâncias que atravessamos, a desenvolver em 2021.

10.5.6 Assembleias Gerais

Durante o ano de 2020, foram realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias.

A primeira ocorreu no dia 29 de fevereiro, no auditório da sede da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes, no município de Vila Nova de Gaia, e contou com a presença de representantes de 34 Associações Mutualistas. Foi aprovado, por maioria, o Relatório e Contas de 2019, apresentado pelo Conselho de Administração da UMP, e discutiram-se outros assuntos de interesse para a UMP e as suas Associadas.

A segunda Assembleia Geral Ordinária decorreu a 11 de dezembro, no Pavilhão da Palmeira, em Coimbra, no respeito pelas medidas de contingência e pelas recomendações das autoridades públicas, entre outras, a garantia do distanciamento entre os participantes e diferentes circuitos de circulação de pessoas.

Registando a presença de representantes de 30 Associações Mutualistas filiadas, a Assembleia aprovou, por maioria, o Programa de Ação e Orçamento da UMP para 2021 e procedeu à eleição dos Órgãos Associativos para o quadriénio 2021-2024, com uma lista sufragada por 94 por cento dos votos.

10.5.7 Chama Mutualista

A Chama Mutualista é uma iniciativa da UMP que enfatiza a força e a vitalidade do Movimento Mutualista, aprofunda os laços entre dirigentes e colaboradores das Mutualidades e que se traduz num elemento de carácter luminoso, que é transmitido ao longo de um ano entre as diferentes Associações Mutualistas filiadas.

A sessão evocativa do Dia Nacional do Mutualismo, no dia 8 de julho, marcou o fim da 4.ª edição desta iniciativa e o início da 5.ª edição, na sede do Monte Pio Artístico Tavirense, no Algarve, e que até dezembro já conta com o envolvimento de uma dezena de Associadas.

647.289

VISITAS AO
SITE MUTUALISMO.PT

10.5.8 Prémio Inovar Para Melhorar (PIPM)

Este prémio distingue uma associação mutualista que tenha implementado um projeto ou iniciativa que constitua uma boa prática, um exemplo de inovação e modernidade e contribua para o progresso e desenvolvimento do Mutualismo e da Economia Social.

No ano de 2020, foram submetidos a concurso quatro projetos de qualidade inquestionável (pela AMUT - Gondomar, ANSE Sandim, APP e ASMAB) e reveladores da capacidade de inovar e de empreender das Associações Mutualistas, que foram avaliados por um júri constituído por Eduardo Graça (Presidente da CASES), Filipe Almeida (Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social) e Pedro Portugal Gaspar (Inspetor-Geral da ASAE).

O projeto “Unidos na Diversidade, Inclusivos na Intervenção”, dinamizado pela A Previdência Portuguesa, foi o mais votado pelo júri. O vencedor foi anunciado na sessão evocativa do Dia Nacional do Mutualismo e entregue no dia 11 de dezembro, na Assembleia Geral Ordinária da UMP realizada em Coimbra.

No projeto implementado na Associação, a APP propôs estabelecer uma linha de proximidade junto da comunidade portadora de deficiência, permitir o igual direito de acesso à instituição e potenciar o mutualismo junto dos mesmos e dos seus familiares, através de um serviço de vídeo-intérprete, interpretação no local de atendimento ao público, vídeo interpretação off-line para Corporate TV e sites da instituição em Língua Gestual Portuguesa, tradução para Braille de todas as Modalidades e Benefícios e de todos os Formulários de adesão Associativa.

10.5.9 Prémio Trabalhador do Ano

Com o objetivo de valorizar a importância do papel dos trabalhadores no desenvolvimento das Mutualidades e na promoção do Mutualismo, a UMP lançou pela primeira vez o concurso Prémio Trabalhador do Ano.

Através deste Prémio é distinguido um trabalhador, colaborador ou voluntário mutualista, que se tenha evidenciado pelas suas qualidades profissionais, empenho, identificação com a causa mutualista e tenha dado contributos relevantes para o progresso da sua Associação no último ano.

Nesta primeira edição participaram quatro Mutualidades - Legado do Caixeiro Alentejano - Associação Mutualista, Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta, Associação de Socorros Mútuos Previdência dos Ferroviários de Portugal e Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas, que indicaram uma trabalhadora.

O método de eleição foi através de votação online no site www.mutualismo.pt, tendo sido a candidata mais votada Soraia Ribeiro (2.001 votos), trabalhadora da Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta.

Foi registado um total de 3.482 votos.

10.5.10 Projeto Y.ES

A UMP, enquanto entidade constituinte da CASES, manteve a sua representação no projeto de promoção da Economia Social, denominado “Y.ES” (Sim. À Economia Social). Apesar dos constrangimentos resultantes da pandemia, este grupo de trabalho concretizou, de 23 de novembro a 16 de dezembro, em formato on-line, a realização da Academia Y.ES, iniciativa destinada à sensibilização, formação e aquisição de conhecimentos nos temas da Economia Social.

A UMP efetuou uma apresentação nesta iniciativa, enquadrando historicamente o aparecimento e emancipação das associações mutualistas, bem como o papel/intervenção da própria UMP enquanto entidade representativa desta família da Economia Social.

10.5.11 Atribuição dos Prémios António Sérgio

O Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio pretende homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, se tenham distinguido na implementação e difusão de projetos inovadores e sustentáveis, na produção de estudos e trabalhos de investigação, na oferta formativa de nível pós-graduado, na realização de trabalhos de âmbito escolar e na publicação de trabalhos jornalísticos, em domínios relevantes para a Economia Social.

Os membros do júri deliberaram, no passado mês de novembro, a atribuição dos prémios e menções honrosas nas categorias citadas, havendo também lugar à votação do Prémio de Honra - Personalidade da Economia Social 2020, nas subcategorias “Carreira” e “Capacidade Empreendedora”.

A UMP integrou o Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2020, cuja cerimónia pública solene será oportunamente agendada.

147.076

PESSOAS ALCANÇADAS
PELAS PUBLICAÇÕES
NO FACEBOOK

III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 2020, a União das Mutualidades Portuguesas apresentou um resultado líquido positivo global de Euro: 137.591,07, formado essencialmente pelo resultado líquido positivo inerente à atividade normal da UMP (65.253,59 €) e pelos resultados obtidos no “Centro Infantil Dr. António da Costa Leal” (72.337,48 €).

Considerando que, com a adoção do SNC-ESNL, as demais informações de natureza económica e financeira se encontram explicadas com grande detalhe no Anexo às Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos de 2020 e comparação com os resultados do ano anterior.

Por último e à semelhança do praticado em anos anteriores, o Conselho de Administração propõe às Excelentíssimas Associadas que o resultado do exercício de 2020, no montante de Euro: 137.591,07, seja aplicado em conformidade com o disposto nos Estatutos da UMP.

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.066,19	754,25
Ativos Intangíveis	6	749,61	186,15
Investimentos financeiros	3.2.3 e 16.1	28.675,35	27.164,98
Sub-total		32.491,15	28.105,38
Ativo corrente			
Créditos a receber	16.3	367.402,16	535.313,63
Estado e outros Entes Públicos	16.7	290,32	0,00
Fundadores/benefícios/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	224,87	224,87
Diferimentos	16.4	4.028,20	1.129,64
Caixa e depósitos bancários	16.5	67.910,35	1.545,52
Sub-total		439.855,90	538.213,66
Total do ativo		472.347,05	566.319,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.9	(47.235,61)	(275.496,99)
Resultados transitados	17.9	(30.537,27)	(91.640,14)
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	16.9	70.922,63	70.922,63
Resultado Líquido do período	16.9	137.591,07	70.431,04
Total dos fundos patrimoniais		130.740,82	(225.783,46)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16.6	11.936,61	73.780,73
Estado e outros Entes Públicos	16.7	31.484,89	53.504,71
Financiamentos obtidos	7	40.771,98	175.000,00
Diferimentos	16.4	422,33	2.283,01
Outros passivos correntes	16.8	256.990,42	487.534,05
Subtotal		341.606,23	792.102,50
Total do passivo		341.606,23	792.102,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		472.347,05	566.319,04

O Conselho de Administração:
Luís Alberto de Sá e Silva

O Contabilista Certificado:
Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	94.705,05	122.601,83
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 10	652.686,14	566.547,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	16.10	(56.445,80)	(77.335,90)
Gastos com o pessoal	14	(52.529,98)	(62.956,06)
Outros rendimentos	8 e 16.11	4.702,30	2.498,86
Outros gastos	16.12	(500.076,31)	(473.518,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		143.041,40	77.837,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(1.118,26)	(1.047,20)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		141.923,14	76.790,51
Juros e rendimentos similares obtidos	8 e 16.13	6,12	5,94
Juros e gastos similares suportados	16.13	(4.338,19)	(6.365,41)
Resultados antes de impostos		137.591,07	70.431,04
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		137.591,07	70.431,04

O Conselho de Administração:
 Luís Alberto de Sá e Silva

O Contabilista Certificado:
 Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária - Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	União das Mutualidades	Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	POISE 2020 - 03-4639-FSE-000284	PERÍODOS	
				2020	2019
Vendas e serviços prestados	14.625,00	80.080,05	0,00	94.705,05	122.601,83
Custo das vendas e dos serviços prestados				0,00	0,00
Resultado bruto	14.625,00	80.080,05	0,00	94.705,05	122.601,83
Subsídios, doações e legados à exploração	243.378,36	228.594,39	180.713,39	652.686,14	566.547,07
Outros rendimentos	4.623,42	85,00	0,00	4.708,42	2.504,80
Gastos administrativos	(108.975,78)	0,00	0,00	(108.975,78)	(140.291,96)
Fornecimentos e serviços externos	(56.445,80)	0,00	0,00	(56.445,80)	(77.335,90)
Gastos com pessoal	(52.529,98)	0,00	0,00	(52.529,98)	(62.956,06)
Outros gastos	(84.059,22)	(236.421,96)	(180.713,39)	(501.194,57)	(474.565,29)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(745,40)	(372,86)	0,00	(1.118,26)	(1.047,20)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos	(83.313,82)	(236.049,10)	(180.713,39)	(500.076,31)	(391.559,66)
Outros gastos operacionais de capacitação não financiados	0,00	0,00	0,00	0,00	(81.958,43)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	69.591,78	72.337,48	0,00	141.929,26	76.796,45
Gastos de financiamento (liquidos)	(4.338,19)	0,00	0,00	(4.338,19)	(6.365,41)
Resultados antes de impostos	65.253,59	72.337,48	0,00	137.591,07	70.431,04
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	65.253,59	72.337,48	0,00	137.591,07	70.431,04

O Conselho de Administração:
 Luis Alberto de Sá e Silva

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luis Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:
 Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27.958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	(38.772,70)	(92.853,79)	70.922,63	(235.510,64)	(296.214,50)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	(236.724,29)	1.213,65		235.510,64	0,00
		(236.724,29)	1.213,65	0,00	235.510,64	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				70.431,04	70.431,04
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				305.941,68	70.431,04
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6=1+2+3+5	(275.496,99)	(91.640,14)	70.922,63	70.431,04	(225.783,46)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	(275.496,99)	(91.640,14)	70.922,63	70.431,04	(225.783,46)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	228.261,38	61.102,87	0,00	(70.431,04)	218.933,21
		228.261,38	61.102,87	0,00	(70.431,04)	218.933,21
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				137.591,07	137.591,07
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				67.160,03	356.524,28
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	(47.235,61)	(30.537,27)	70.922,63	137.591,07	130.740,82

 O Conselho de Administração:
 Luís Alberto de Sá e Silva

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

 O Contabilista Certificado:
 Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e utentes		94.705,05	122.601,83
Recebimentos de subsídios		667.397,26	275.563,83
Pagamentos a fornecedores		(158.738,03)	(164.323,26)
Pagamentos ao pessoal		(246.661,79)	(243.234,17)
Caixa gerada pelas operações		356.702,49	(9.391,77)
Pagamentos/recebimentos do Imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(146.273,54)	(148.600,51)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		210.428,95	(157.992,28)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.008,93)	(864,00)
Ativos intangíveis		(984,73)	(279,21)
Investimentos financeiros		(1.510,37)	(2.116,90)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		6,12	5,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(5.497,91)	(3.254,17)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		245.076,21	191.851,91
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(379.304,23)	(32.296,56)
Juros e gastos similares		(4.338,19)	(6.365,41)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(138.566,21)	153.189,94
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		66.364,83	(8.056,51)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.545,52	9.602,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.5	67.910,35	1.545,52

O Conselho de Administração:
Luís Alberto de Sá e Silva

O Contabilista Certificado:
Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

ANEXO

Nos termos da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, as divulgações a efetuar pelas ESNL em anexo às Demonstrações Financeiras correspondem às que abaixo se indicam.

1. Identificação da Entidade

A **União das Mutualidades Portuguesas** (UMP), é uma Associação Mutualista de grau superior, constituída sob a forma de União, a 9 de agosto de 1980, encontrando-se registada na Direção-Geral da Segurança Social sob o n.º 1/85, com fundos patrimoniais indeterminados, duração indefinida, número ilimitado de associados e âmbito de ação em todo o território nacional.

A UMP rege-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos e tem como fins fundamentais, promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas de solidariedade mutualista e assegurar a organização e representação do movimento mutualista.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da União das Mutualidades Portuguesas, de acordo com as NCRF-ESNL e no pressuposto da continuidade das operações.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela União das Mutualidades Portuguesas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, juntamente com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a UMP continuará a operar no futuro previsível assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

No entanto, no que diz respeito às quotizações dos associados foi adotado o regime de caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade do saldo.

3.1.3 Consistência de Apresentação

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são consistentes com os do exercício anterior.

3.1.4 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Outras políticas contabilísticas

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza destes ativos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Activos Intangíveis	Número de anos
Projectos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Marcas e Patentes	3

3.2.4 Investimentos financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da UMP no Capital Social da Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social (CASES), no montante de 17.000,00 €, correspondentes a 17 títulos. Igualmente, encontra-se registada a aquisição de Títulos de Dívida Pública, no montante de 55,42 €, investimento no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 9.119,93 € e aquisição de Títulos da CCAM no montante de 2.500,00 €.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o montante disponível em 31.12.2020 em caixa e em depósitos bancários à ordem.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu valor nominal estando deduzidos no Balanço de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fornecedores, Empréstimos e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelo Fundo Social, pelas Reservas Estatutárias (Fundo de Administração, Fundo de Solidariedade Associativa e Fundo de Reserva Geral) resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais, em conformidade com as disposições estatutárias da UMP e por outras variações nos fundos patrimoniais resultantes da fusão, na UMP, de Associações Mutualistas.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido da concessão desses empréstimos.

3.2.9 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da UMP. Importa relevar, contudo, que no passado dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designada COVID-19 como pandemia, cujos reflexos económicos e financeiros serão sentidos durante o exercício económico de 2021 e seguintes.

Tendo em consideração a incerteza quanto ao potencial impacto e duração da COVID-19, bem como quanto à eficácia dos apoios e estímulos estatais para a revitalização da economia, não é possível apurar e quantificar os efeitos diretos e indiretos do presente contexto na atividade futura da UMP.

3.2.10 Principais fontes de incerteza das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras e que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram os seguintes:

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis foram determinadas tendo por base os critérios do decreto regulamentar 25/2009, entendendo a Administração que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

As quotizações dos Associados são reconhecidas através do Regime de Caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade das quotas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos em 3.2.1.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019 mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	2020				Total
	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos					
Saldo Inicial	985,00	14.540,00	37.033,69	3.654,70	56.213,39
Aquisições	0,00	0,00	3.008,93	0,00	3.008,93
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	985,00	14.540,00	40.042,62	3.654,70	59.222,32
Descrição	2020				Total
	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo Inicial	0,00	14.540,00	37.496,58	3.422,56	55.459,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	500,00	196,99	696,99
Saldo Final	0,00	14.540,00	37.996,58	3.619,55	56.156,13
Ativos Líquidos	985,00	0,00	2.046,04	35,15	3.066,19

Descrição	2019				Total
	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos					
Saldo Inicial	0,00	14.540,00	33.033,69	3.654,70	51.228,39
Aquisições	985,00	0,00	0,00	0,00	985,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	985,00	14.540,00	37.033,69	3.654,70	56.213,39
Descrição	2019				Total
	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo Inicial	0,00	14.540,00	36.752,98	3.422,56	54.715,54
Amortizações do exercício	0,00	0,00	743,60	0,00	743,60
Saldo Final	0,00	14.540,00	37.496,58	3.422,56	55.459,14
Ativos Líquidos	985,00	0,00	-462,89	232,14	754,25

6. Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos em 3.2.3.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

	2020			
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Total
Ativos				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 825,04	40 765,04
Aquisições	608,90	127,37	248,46	984,73
Saldo final	32 588,90	1 087,37	8 073,50	41 749,77
Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 638,89	40 578,89
Amortizações do exercício	202,95	42,45	175,87	421,27
Saldo final	32 182,95	1 002,45	7 814,76	41 000,16
Ativos líquidos	405,95	84,92	258,74	749,61

	2019			
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Total
Ativos				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 545,83	40 485,83
Aquisições	0,00	0,00	279,21	279,21
Saldo final	31 980,00	960,00	7 825,04	40 765,04
Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade				
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 335,29	40 275,29
Amortizações do exercício	0,00	0,00	303,60	303,60
Saldo final	31 980,00	960,00	7 638,89	40 578,89
Ativos líquidos	0,00	0,00	186,15	186,15

7. Custos de Empréstimos Obtidos

São os seguintes os montantes em dívida bem como os encargos suportados e pagos nos exercícios de 2020 e 2019:

Descrição	2019		2020	
	Montante em Dívida	Encargos Financeiros	Montante em Dívida	Encargos Financeiros
Empréstimos Obtidos				
Instituições Financeiras				
Empréstimos bancários/Leasings Financeiros	175 000,00	6 365,41	40 771,98	4 338,19
Outros Encargos Financeiros				
Total	175 000,00	6 365,41	40 771,98	4 338,19

8. Rédito

A UMP reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestação de serviços - Esta rubrica diz respeito às quotizações das Associadas bem como a rendimentos provenientes das quotas dos utilizadores do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIACL), reconhecidas na demonstração dos resultados.

Juros - quando existam, são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

Subsídios à Exploração - respeitam aos subsídios atribuídos à UMP pelo Estado, por outros Organismos e Entidades públicas e privadas e, quando aplicável, são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

Outros rendimentos - Dizem respeito a correções relativas a exercícios anteriores, participações recebidas para realização de eventos e a restituição de impostos.

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2019		2020	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	122 601,83	17,7%	94 705,05	12,59%
Subsídios	566 547,07	81,9%	652 686,14	86,78%
Outros Rendimentos	2 498,86	0,4%	4 702,30	0,63%
Juros	5,94	0,0%	6,12	0,00%
Totais	691 653,70	100,0%	752 099,61	100,00%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A UMP, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2020 e 2019, a UMP registou os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios à exploração":

Descrição	2019	2020
Subsídios do Estado	186.747,23	193.283,38
MTSS	186.747,23	193.283,38
Subsídios e Apoios de Outras Entidades Públicas	369.799,84	446.902,76
POISE-03-4639-FSE-000284	104.236,01	180.713,39
ISS, I.P. (Participações Utentes CIACL)	221.570,14	229.834,47
Protocolo Medida Apoio Reforço Emergência		24.407,42
Apoios Excepcionais - Covid 19		11.947,48
ERASMUS+	18.993,69	
Município de V. N. Gaia	25.000,00	
Subsídios de Outras Entidades	10.000,00	12.500,00
CASES	10.000,00	10.000,00
CPES		2.500,00
Total	566.547,07	652.686,14

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

12. Impostos sobre o Rendimento

Não aplicável.

13. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no anterior ponto 3.2.5. e nos pontos 16.2 a 16.8, estão decompostas as respetivas contas.

14. Benefícios dos empregados

Funcionários

O número de funcionários no final de Dezembro de 2020 é 23. Este número inclui os funcionários que se encontram exclusivamente afetos ao projeto POISE (7), os funcionários afetos ao CIACL (15), os afetos à atividade normal da UMP (1).

No ano anterior o número médio de trabalhadores foi de 23 (afetos ao projeto POISE, ao CIACL e à atividade normal da UMP).

Os gastos que a UMP incorreu com os funcionários ao seu serviço e não afetos ao Projeto POISE ou ao CIACL foram os seguintes:

Gastos Com Pessoal	2019	2020
Remunerações dos órgãos associativos	31 210,06	32 136,49
Remunerações do pessoal	19 245,74	10 481,32
Encargos sobre remunerações	9 631,38	7 610,76
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	2 846,57	2 290,00
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros	22,31	11,41
Total	62 956,06	52 529,98

Os gastos com pessoal (Remunerações e Encargos) afetos ao projeto POISE e ao CIACL totalizaram no exercício o montante de Euros: 317.703,78 estando contabilizados em rubrica específica da conta de outros gastos (vide nota 16.12).

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A 31.12.2020, a União das Mutualidades Portuguesas tinha celebrado dois planos prestacionais junto da Segurança Social e um Plano Prestacional junto da Autoridade Tributária, nenhum dos quais em atraso.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a UMP detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2020
Investimentos noutras entidades	17 000,00	17 000,00
Outros Métodos	17 000,00	17 000,00
Outros Investimentos	10 164,98	11 675,35
Titulos da Dívida Pública (Justo valor)	55,42	55,42
Fundo Compensação Trabalho	7 609,56	9 119,93
Outros Títulos	2 500,00	2 500,00
Total	27 164,98	28 675,35

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2020
Fundadores/associados/membros	224,87	224,87
Perdas por imparidade	0,00	
Valor Líquido	224,87	224,87
Descrição	2019	2020
Imparidade reconhecida no período	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2020
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	380.761,99	140.127,24
Protocolo Medida Apoio Reforço Emergência		8.542,60
POISE-03-4639-FSE-000284	194.014,76	131.584,64
MTSS	186.747,23	
Outros devedores	154.551,64	227.274,92
Fundo de Socorro Social		160.000,00
Outros	154.551,64	67.274,92
Total	535.313,63	367.402,16

16.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os valores a reconhecer como gastos com Seguros e como rendimentos com a participações dos utentes do CIDACL.

16.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2020
Caixa	826,53	791,96
Depósitos à ordem	718,99	67 118,39
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Total	1 545,52	67 910,35

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas. Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

16.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Fornecedores C/C	73 380,73	11 936,61
Total	73 380,73	11 936,61

16.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2019		2020	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Estado e outros entes públicos				
Retenções de imposto sobre o rendimento		21 084,09		9 500,06
IVA			290,32	
Contribuições para a Seg. Social		30 016,87		21 984,83
Outras Tributações - FCT, FGCT		2 403,75		
Total	0,00	53 504,71	290,32	31 484,89

16.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Pessoal		
Remunerações a pagar	16.993,87	18.463,05
Credores por Acréscimo de gastos	58.133,08	58.009,64
Outros Credores (Entidades Parceiras)	353.473,89	180.517,73
Outros Credores Montepio Geral	58.933,21	0,00
Total	487.534,05	256.990,42

16.9 Fundos Patrimoniais

Descrição	2019	2020
Fundos		
Fundo Inicial	6.948,79	6.948,79
Fundo de Administração	-434.047,95	-266.585,41
Fundo Solidariedade Associativo	266.755,34	266.755,34
Fundo Reserva Geral	-115.153,17	-54.354,33
Outras Variações - Doações	70.922,63	70.922,63
Resultados Transitados	-91.640,14	-30.537,27
Resultado Líquido do Período	70.431,04	137.591,07
Total	-225.783,46	130.740,82

16.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2019	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	52.124,51	35.351,34
Materiais	3.011,36	4.015,26
Energia e fluidos	2.124,77	2.344,75
Deslocações, estadas e transportes	12.050,45	3.969,34
Serviços diversos	8.024,81	10.765,11
Total	77.335,90	56.445,80

16.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	2.498,86	4.702,30
Total	2.498,86	4.702,30

16.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Impostos	32,42 €	32,52 €
Outros Gastos e Perdas		
Correcções relativas period. anteriores	4 414,96 €	10 057,71 €
Quotizações	- €	1 000,00 €
Enc.C/Realização Projeto POISE	104 236,01 €	204 190,72 €
Enc.C/Acordo de Cooperação IEFP	- €	- €
Enc.C/Erasmus+	18 993,69 €	- €
Enc.C/CIACL	255 294,46 €	236 049,10 €
Outros Gastos	8 928,48 €	48 746,26 €
Outros Gastos Operacionais de Capacitação Não Financiados	81 618,07 €	- €
Total	473 518,09 €	500 076,31 €

Dos encargos assumidos em 2020 com o projeto POISE no montante global de € 204.190,72, €122.102,79 estão relacionados com gastos com o pessoal.

Dos encargos assumidos em 2020 com o CIACL no montante global de € 236.049,10, € 195.600,99 estão relacionados com gastos com o pessoal.

16.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2020
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	6 360,88	4 337,48
Juros de mora e compensatórios	0,90	0,71
Outros gastos e perdas de financiamento	3,63	0,00
Total	6 365,41	4 338,19
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	5,94	
Total	5,94	0,00
Resultados financeiros	(6 359,47)	(4 338,19)

17. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

No passado dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designada COVID-19 como pandemia, cujos reflexos económicos e financeiros serão sentidos durante o exercício económico de 2021 e seguintes. Tendo em consideração a incerteza quanto ao potencial impacto e duração da COVID-19, bem como quanto à eficácia dos apoios e estímulos estatais para a revitalização da economia, não é possível apurar e quantificar os efeitos diretos e indiretos do presente contexto na atividade futura da UMP.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em exercício em 7 de janeiro de 2021.

Lisboa, 7 de janeiro de 2021

O Conselho de Administração,

Presidente - Luís Alberto de Sá e Silva

em representação de A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista

Vice-Presidente - José Santos Almeida

em representação de A Familiar – A Familiar de Espinho – Associação Mutualista

Vice-Presidente - João Filipe Cardoso Esteves

em representação da Associação de Socorros Mútuos “Protetora dos Artistas” de Faro

Vice-Presidente - Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

em representação de MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa

Vice-Presidente - Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

em representação da Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranesense

Contabilista Certificado,

Jorge Pedro do Vale Martins

C. C. 27 958

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimadas Associadas,

O Conselho Fiscal, em cumprimento das competências previstas nos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, apresenta o seu Parecer sobre o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras de 2020, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Na prossecução da sua ação e no âmbito das suas competências Estatutárias, apreço constatar a recente tomada de posse deste Conselho Fiscal, pelo que, a nossa opinião é sustentada, por um lado, considerando os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Fiscal antecessor, e cujas conclusões estão lavradas nas respetivas atas, e, por outro, pelo acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras da UMP relativas ao exercício económico de 2020, tendo contado com todo o apoio e colaboração do Conselho de Administração, do Contabilista Certificado e dos Serviços Administrativos e Financeiros da UMP, que nos cumpre reconhecer e agradecer.

O Conselho Fiscal regista, com satisfação, e atribui especial ênfase ao facto de a União das Mutualidades Portuguesas ter obtido, neste exercício, um resultado líquido positivo, histórico, no montante total de Euro: 137.591,07€, fato este que proporcionou, cumulativamente, de forma notória, a reversão dos Fundos Patrimoniais e o encontro do reequilíbrio financeiro em apenas 2 anos, cumprindo na íntegra o plano de reequilíbrio financeiro a que se propôs executar em 5 anos.

PARECER

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião de que Relatório de atividades e as demonstrações financeiras de 2020 da União das Mutualidades Portuguesas estão em condições de serem aprovadas pelas Exas. Associadas.

O Conselho Fiscal,

Presidente - José Miguel Duarte de Oliveira Gomes
em representação da Associação Mutualista de Arcozelo

Vogal - Jorge Carlos da Conceição Cordeiro
em representação da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro

Vogal - José Vicente Costa de Carvalho
em representação da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Vilafranquenses

